



Recordes de público do futebol feminino exemplificam avanços da modalidade no Brasil

Maria Clara Centeno / 27 de outubro de 2022 / Reportagens

Esporte | Marcas estabelecidas nas finais do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino 2022 demonstram interesse do público nas partidas, mas pesquisadoras destacam a necessidade de políticas públicas de incentivo ao esporte e de diminuição da desigualdade

*Foto: Carol Annes/Arquivo pessoal

Em 18 de setembro, 36.330 torcedores acompanharam a partida entre Internacional e Corinthians no Estádio Beira-Rio (Porto Alegre) – primeira da final do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino 2022. O público registrado era, até então, o recorde em um jogo de futebol feminino no Brasil. No sábado seguinte, dia do segundo confronto entre os mesmos times, na Neo Química Arena (São Paulo), uma nova marca foi estabelecida: 41.070 presentes.

O jogo em Porto Alegre terminou empatado, um gol para cada time. No estádio, o entusiasmo dos torcedores mandantes e visitantes era evidente: vibraram com o gol da sua equipe intensamente, empolgavam-se com lances e cantavam músicas de incentivo às jogadoras. O público era diverso, com destaque para a presença significativa de mulheres nas arquibancadas.

Carolina Annes, publicitária de 25 anos, frequenta jogos do Internacional desde o início do ano, tanto de mulheres quanto de homens. Ela esteve na partida contra o Corinthians em Porto Alegre com um grupo de amigas. Para ela, o ambiente do futebol feminino é “mais amigável” em comparação à modalidade masculina: “no feminino, o pensamento é mais de que, independentemente de como estiver [o jogo], vamos estar ali apoiando as garias, e eu gosto bastante disso”.

A publicitária destaca o trabalho de *marketing* e comunicação do Internacional para alcançar um maior número de presentes no estádio. Além disso, para ela, o valor do ingresso – um quilo de alimento não perecível – fez com que mais pessoas fossem ao jogo. Segundo divulgado pelo Internacional, foram doadas 27 toneladas, maior montante já arrecadado pelo Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul. Em São Paulo, os ingressos eram pagos e geraram uma renda de R\$ 900.981,00, recorde de arrecadação da modalidade no Brasil e na América Latina.

Taiane Lima, mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista do Centro de Referência do Museu do Futebol, destaca a importância das torcidas dos clubes nos recordes. Para ela, as rivalidades tradicionais do futebol masculino são transpostas para o feminino e trazem mais interesse aos jogos. Mesmo assim, a historiadora destaca que não se deve comparar as duas modalidades, pois elas possuem características, contextos e histórias diferentes.

Silvana Goellner, professora aposentada da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), diz que o público do futebol praticado por mulheres é composto, primeiramente, pelos amantes do futebol em geral. Ela destaca a presença das torcidas organizadas tradicionais, que comparecem e chamam outros torcedores. Além disso, Taiane pontua o grande número de crianças nessas partidas e justifica que isso se deve à maior segurança e menor incidência de casos violentos nos jogos femininos em relação aos masculinos, além do horário – normalmente durante a tarde. A professora entende que esses recordes de público consecutivos demonstram que há interesse do público na modalidade. “Eles desconstruíram um discurso que era muito comum de que o futebol de mulheres não interessava, é feio, lento e que ninguém gosta de ver ou jogar”, comenta.

“Futebol *de mulheres*”, aliás, é como Silvana chama a modalidade. Ela explica que as questões de gênero não estão, necessariamente, vinculadas aos corpos biológicos e exemplifica, falando de mulheres e homens trans: “São pessoas que têm uma característica de gênero que não é aquela que se identifica no sexo de nascimento. Nesse sentido, *feminino* não está vinculado só às mulheres; podemos ter características culturais femininas em corpos de homens”. Segundo a professora, a expressão usada [*de mulheres*] confere maior protagonismo a todas as mulheres do esporte, além de servir para descolar da representação de que *feminino* está associado a uma “feminilidade bela e maternal”.

“Existem múltiplas formas de ser mulher, então quando eu uso a expressão ‘futebol de mulheres’ é exatamente para ressaltar o protagonismo, que são mulheres que estão fazendo o futebol acontecer”

— Silvana Goellner

Para Silvana, “o que faltava para o futebol de mulheres era oportunidade, então, à medida que elas começaram a jogar nos grandes estádios, estamos vendo os recordes acontecerem”. É que muitas partidas da modalidade não são disputadas nos grandes estádios, e, sim, em outros locais, como os centros de treinamento, o que muitas vezes dificulta o deslocamento dos torcedores.

É o caso de Marina da Rosa Staudt, jornalista e administradora do perfil no Instagram [@gremioffeminino](#). Freqüentadora de jogos de futebol feminino do Grêmio desde 2018, Marina conta que, ultimamente, tem comparecido às partidas com menor regularidade, pois seu clube do coração está jogando no Estádio Vleião, em Gravataí – localizado a cerca de 25 quilômetros da Arena. Além da distância, o horário também dificulta a presença da torcedora, já que as partidas normalmente ocorrem em dias de semana, à tarde.



A colorada Carol Annes (com a camisa vermelha do Internacional) e a gremista Marina Staudt em seus estádios para partidas dos times femininos de seus clubes (Fotos: Carol Annes, Marina Staudt/ Arquivo pessoal)

Histórico do futebol feminino no Brasil

“Eu acho que estamos dando os primeiros passos para uma estruturação mais efetiva do futebol de mulheres”, diz Silvana. A modalidade foi proibida no Brasil pelo artigo 54 do **Decreto-lei n.º 3.199** de 1941: “As mulheres não se permitirão a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza [...]”. A regulamentação ocorreu somente 42 anos depois, então, a pesquisadora explica que a modalidade, legalmente, possui uma história recente no país.

“O futebol de mulheres foi regulamentado no Brasil em 1983, mas ele vive altos e baixos. Então, em época de grandes eventos, como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, há um pouco mais de visibilidade, um pouco mais investimento, muito atrelado ao sucesso da seleção”

— Silvana Goellner

Silvana entende decisões recentes da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), da Confederação Sul-americana de Futebol (Conmebol) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) como “políticas indutoras”. Em 2016, a Fifa incluiu a palavra gênero em seus estatutos e começou a pensar em políticas de diminuição da desigualdade. No mesmo ano, a entidade sul-americana determinou que, a partir de 2019, para participarem de competições continentais masculinas, os clubes devem ter uma equipe feminina. A mesma decisão foi tomada pela CBF em relação aos clubes da Série A do Brasileiro masculino.

Atualmente os campeonatos promovidos pela CBF são: Brasileiro Feminino série A1, Brasileiro Feminino série A2 e os Brasileiros de categorias de base: sub-16, sub-17, sub-18 e sub-20. As federações estaduais promovem competições nos estados, como o Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino, organizado pela Federação Gaúcha de Futebol. Além disso, também há competições continentais promovidas pela Conmebol, como a Libertadores Feminina e a Copa América Feminina, e mundiais, organizadas pela Fifa, como a Copa do Mundo Feminina.

Para que o esporte continue avançando, Silvana diz que políticas públicas de fomento, incentivo dos clubes às categorias de base e estabelecimento de departamentos específicos para o futebol de mulheres em confederações e federações são fundamentais. Além disso, destaca a importância da representatividade de mulheres em outros cargos que envolvem a modalidade, como na imprensa e na arbitragem.



Picape do Beira-Rio aponta o até então recorde de público já registrado em uma partida de futebol feminino, no jogo de ida da final do campeonato brasileiro deste ano, contra o Corinthians – o número seria ultrapassado uma semana depois, no jogo da volta, na Arena Corinthians, em Itaquera, São Paulo (foto: Carol Annes/ Arquivo pessoal)

:: Posts relacionados

- Gênero, sexualidade e raça no contexto do Pole Dance
- Como as prisões ensinam o que é gênero, sexualidade e identidade
- Barreiras implícitas dificultam a equidade de gênero na Justiça Federal
- Sofia Cabral, entre o karatê e a Agronomia

INSTAGRAM

jornaldauniversidadeufrgs

Follow

View on Instagram

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS SECOM

CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS
Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria - 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060
511 3308.3268
jornal@ufrgs.br